

Orçamento do Estado para 2016

Os trabalhadores NÃO PODEM assistir passivamente à luta que se trava em torno do O.E.2016!

O momento político que se vive deixa cada vez mais visível a **luta - de classes - que se trava em torno da aprovação de cada Orçamento de Estado.**

É cada vez mais visível o papel da Comissão Europeia, agindo como instrumento do **grande capital europeu**, violando a soberania nacional e pressionando no sentido de impôr aos trabalhadores e aos povos que paguem o custo da crise do sistema capitalista. Para a Comissão Europeia, a prioridade é que os juros e as rendas continuem a ser pagos, sejam quais forem as implicações para os povos e o erário público. E que paralelamente o país continue a transferir património e empresas estratégicas para a posse do grande capital, a garantir-lhes um país cada vez mais dependente.

Da mesma forma, o **grande capital nacional**, pressiona descaradamente no sentido de manter-se inalterada a opção adoptada nos últimos anos: fazer as camadas populares pagar os custos da «crise», nomeadamente cortando salários e pensões, reduzindo direitos e o acesso aos serviços públicos essenciais; alargar as benesses e isenções fiscais aos capitalistas, transferir para sua propriedade as empresas estratégicas, o património nacional e a gestão de serviços públicos essenciais. Estas pressões do grande capital nacional exercem-se de forma directa (vejam-se as reivindicações da CIP, da CAP e até dos detentores de fundos imobiliários) e indirecta (através do domínio sobre os órgãos de comunicação social, que são cada vez mais a voz do dono).

Do outro lado desta luta, estão os trabalhadores e os seus interesses, em choque frontal com os interesses do grande capital europeu e nacional. É à luz desta luta que temos de entender a proposta de O.E. 2016:

- Ela contém um conjunto de compromissos que permitiram a tomada de posse do Governo do PS, **mas reflecte igualmente** o facto de ser uma proposta oriunda do PS, de um dos partidos que tem suportado o caminho de submissão aos ditames da Comissão Europeia e de reconstrução do capitalismo monopolista em Portugal.

- Ela marca uma diferença importante com os Orçamentos do anterior Governo PSD/CDS, **mas não rompe** com o caminho e as orientações fundamentais seguidos há 40 anos por PS e PSD.

É por isso que neste Orçamento se podem **identificar elementos positivos** - que vão no sentido de repor rendimentos roubados, de aumentar a tributação sobre o capital e reduzir a tributação sobre o trabalho, de restabelecer níveis aceitáveis de resposta

nos serviços públicos, de travar o processo de privatizações (apesar de ainda apontar para a inaceitável concessão da IP Telecom e da SILOPOR) - **e se podem identificar elementos negativos** - a inexistência de resposta estrutural ao problema da dívida, a não consideração do aumento do valor real das pensões, a manutenção de restrições salariais e de contratação na Administração Pública e Local, o agravamento dos impostos indirectos que recaem sobre todos os portugueses, a insuficiente tributação do grande património e a manutenção de gigantescas isenções fiscais ao grande capital.

No caso da nossa empresa, este Orçamento de Estado repõe o pagamento do complemento de reforma que o Governo PSD/CDS havia roubado, e aponta para o fim, em Outubro de 2016, do roubo nos salários acima de 1500 euros. E repõe, apesar da formulação inaceitável, o direito ao transporte nos termos que estavam na contratação colectiva. **São questões que devemos valorizar e valorizamos, que resultam da luta dos trabalhadores e da acção do PCP.**

Mas não é menos verdade que este Orçamento, no caso da nossa Empresa, aponta para o 6º ano de congelamentos salariais, para a manutenção do congelamento de anuidades e progressões, para o alargamento destes roubos até 2018, para a restrição da contratação de trabalhadores. E não há nenhuma necessidade de que estas políticas continuem. É uma opção do PS fruto da sua opção de não romper com os chamados «constrangimentos orçamentais» (ou seja, com as orientações do grande capital). **E essa opção deve ser combatida e será combatida.**

Perante este quadro, o PCP adoptará, no dia 16 de Março (data da votação final global do Orçamento de Estado), a posição que melhor servir os interesses dos trabalhadores.

Mas antes disso há uma longa e dura luta a ser travada. Os trabalhadores não podem ficar à margem de uma luta que se centra na sua vida, no seu país, nos seus interesses de classe, enquanto o grande capital desenvolve uma feroz e desavergonhada operação assente na mentira, na chantagem e na pressão para defender os seus interesses de classe, que são antagónicos aos interesses dos trabalhadores..

É nesse sentido que o PCP se compromete, perante os trabalhadores da Carris, em apresentar, para a discussão na especialidade que se seguirá à primeira votação na generalidade (a 23 de Fevereiro) as propostas de alteração que este orçamento exige, e apela à acção e luta dos trabalhadores em defesa das suas justas reivindicações. **Podem contar com o PCP. A luta continua!**

11 Fevereiro 2016

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Célula da Carris
Partido Comunista Português

